

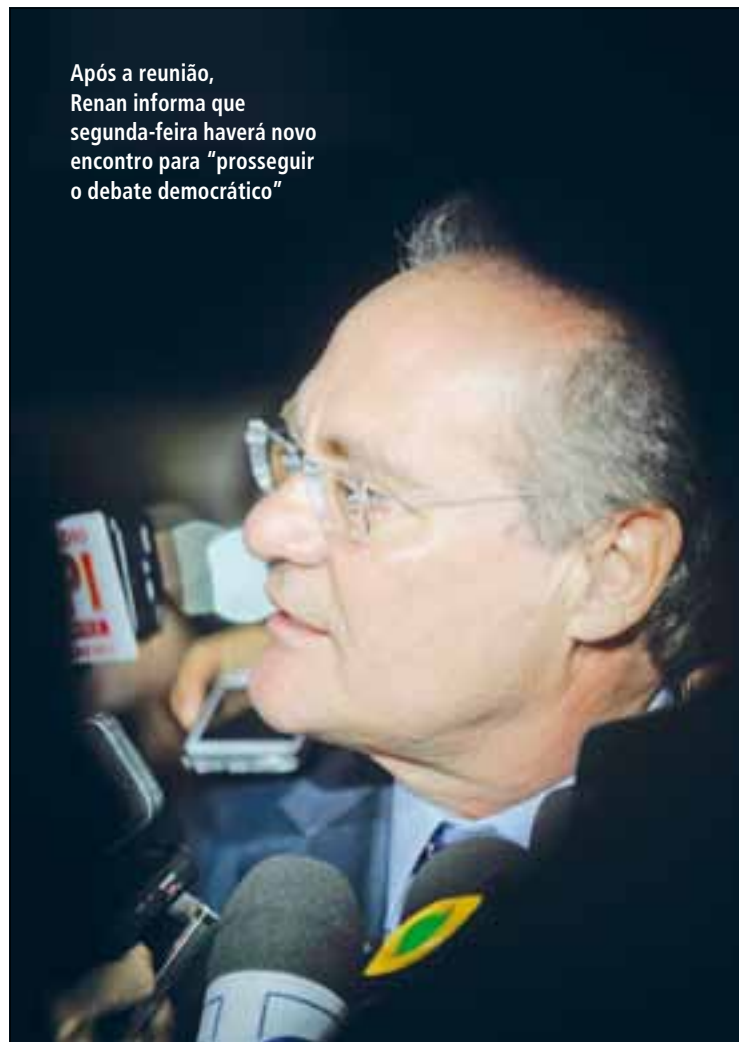


## Congresso busca diálogo com o Poder Judiciário

Presidentes do Senado e da Câmara reuniram-se com ministro do Supremo Tribunal Federal. Proposta que gerou críticas na Corte será revista

A relação entre Legislativo e Judiciário foi “distensionada” ontem, na avaliação de Renan Calheiros e de Henrique Alves. Eles conversaram com o ministro Gilmar Mendes sobre o projeto que dificulta a criação de novos partidos e a proposta que submete decisões do STF ao crivo do Congresso.

Renan negou crise e disse que o debate democrático precisa prosseguir. Alves afirmou que a reunião foi amistosa e garantiu que a proposta sobre decisões será reexaminada. **3**



Após a reunião, Renan informa que segunda-feira haverá novo encontro para “prosseguir o debate democrático”

Moreira Matiz/Agência Senado

### especial Cidadania



Arquivo/ABr

O registro de emprego em carteira foi um dos direitos garantidos em 1943

### Aos 70 anos, CLT continua a proteger direito dos trabalhadores

Criada durante o Estado Novo, a Consolidação das Leis do Trabalho completa 70 anos em permanente atualização e até hoje é tida como avançada na

defesa dos trabalhadores. No Congresso, propostas buscam ampliação de direitos por um lado e flexibilidade e modernização, por outro. **4 e 5**

### Senadores e deputados vistoriam Arena PE **8**

### Xuxa pede votação da lei contra a palmada **7**

**Comissão pode votar Selo Verde para produtos da Zona Franca **8****

**Jarbas propõe perda automática de mandato para condenados **3****

**Ana Amélia defende poder de investigação do Ministério Público **3****

**Planos de saúde pagam a médicos honorário irrisório, diz Mozarildo **8****

**Senado abre exposição sobre os 53 anos de Brasília **2****

Ana Volpe/Senado Federal



Menores de 12 anos estariam sujeitos a obesidade e consumo exagerado

### Audiência cogita fim da publicidade para crianças

Especialistas condenam, em debate sobre o Código de Defesa do Consumidor, propagandas para público infantil, mas emissoras negam abusos. **7**

### Analistas querem marco legal para ONGs

Representantes do governo, de entidades do terceiro setor e senadores discutiram ontem, em seminário no Senado, a necessidade de criar um marco legal para

as ONGs que dê segurança jurídica às organizações e ao Estado. Tema faz parte de projeto de Aloysio Nunes Ferreira que será relatado por Rodrigo Rollemberg. **6**



Ministro Gilberto Carvalho (D) participa do seminário ao lado dos senadores Blairo Maggi (E) e Rodrigo Rollemberg

Gerardo Magela/Agência Senado

# Senado inaugura exposição sobre os 53 anos de Brasília

Mostra inclui fotografias da cidade hoje e na época da inauguração, além de jornais, livros e objetos que pertenceram a senadores

A EXPOSIÇÃO QUE celebra os 53 anos de Brasília foi aberta ontem na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado. A mostra, que reúne imagens antigas e atuais fornecidas pelo Arquivo Público do Distrito Federal e por seis fotógrafos, é composta de dez painéis que comparam a Brasília da época da inauguração, em abril de 1960, à cidade dos dias atuais. Fotos e citações de autores mostram as transformações que aconteceram na capital ao longo de 53 anos.

O evento tem supervisão da Diretoria-Geral, acervo da Secretaria de Informação e Documentação, projeto expográfico da Subsecretaria de Projetos Especiais e execução gráfica do Serviço de Programação Visual.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, assinalou que, embora cosmopolita, a capital federal ainda conserva características de cidade pequena. Ela ressaltou “o privilégio de trabalhar num monumento tombado, como o Senado”, e ratificou a preocupação da



A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto (E), durante a inauguração da mostra



Fotografias mostram a capital federal na época da inauguração, em 1960

Casa com a história da cidade. Também fazem parte da exposição documentos, livros e periódicos antigos que tratam da transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, além de objetos de propriedade de senadores e servidores da Casa.

Até 8 de maio, os visitantes,

além de contemplar a exposição *53 Anos de Brasília*, poderão consultar uma seleção de livros que tratam da história da capital.

Participaram da solenidade de abertura da mostra os senadores do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg (PSB) e Gim (PTB).

## ILB abre inscrições para pós-graduação

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) abriu ontem inscrições para dois cursos de pós-graduação: Direito Legislativo (tarde) e Administração Legislativa (noite). Serão duas aulas por semana, totalizando 360 horas-aula presenciais.

Trata-se da primeira oferta de cursos lato sensu desde a autorização dada pelo Conselho Nacional de Educação

para o Senado. As experiências anteriores foram convênios com universidades federais.

Além de servidores efetivos, podem inscrever-se comissionados com mais de dois anos na Casa. Quatro vagas estão reservadas para servidores da Câmara dos Deputados, da Câmara Legislativa do DF e do Tribunal de Contas da União.

O coordenador do curso

de Direito Legislativo, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, disse que o objetivo é “prover conhecimentos para o servidor auxiliar o parlamentar na produção normativa”.

As inscrições são feitas pelo site [www.senado.leg.br/ilb](http://www.senado.leg.br/ilb) até 13 de maio. O candidato deve levar documentos à Subsecretaria de Educação Superior, no Interlegis.

## Viana parabeniza Cruzeiro do Sul por premiação na TV



e tradições do povo acriano.

Além de agradecer aos veículos que promoveram a competição e ajudaram a divulgar a cultura do “povo da floresta” e a relação com o meio ambiente, o senador falou da alegria pela motivação social. O dinheiro do prêmio foi doado à Pastoral da Criança.

— Foi uma vitória acriana, brasileira, porque o que o Brasil tem de melhor é o seu povo.

Jorge Viana (PT-AC) parabenizou a população de Cruzeiro do Sul, no Acre, pelo prêmio de R\$ 100 mil obtido numa competição de dança do programa *Domingão do Faustão*, da TV Globo. Ele ressaltou a emoção pela apresentação, que exaltou história, cultura

## Figueiró: autoridades ignoram assoreamento de rio em MS

Ruben Figueiró (PSDB-MS) lamentou a enchente do Rio Taquari, em Mato Grosso do Sul. Segundo o senador, o rio é “uma das relíquias mais importantes da ecologia brasileira” e o transbordamento, consequência do aumento de terras em processo de erosão, traz “danos ambientais catastróficos” para o país.

— No curso do tempo, muito se discutiu, mas nada de efetivo por parte de autoridades, tanto federais quanto estaduais e municipais, foi feito no sentido de resolver o assoreamento do Rio Taquari. Deixaram a água correr — disse.

O senador citou estudos da Embrapa Pantanal segundo os quais a inundação já atingiu 3 milhões de hectares, afetando 335 fazendas.



## Jucá quer votação nominal nas comissões do Congresso

Romero Jucá (PMDB-RR) disse ontem que está dando entrada em um projeto de resolução para tornar obrigatória a votação nominal, nas comissões do Senado,



Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados ao aprovar, por votação simbólica, a PEC 33/2011, que dá ao Congresso o poder de referendar as súmulas vinculantes e as decisões do

Supremo Tribunal Federal sobre ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) contra emendas constitucionais.

Jucá explicou que o objetivo da proposta é evitar “acidentes” como o que aconteceu na Comissão de Constituição e Justiça e de

— A mudança faz com que se dê mais transparência e se debatam mais as propostas — afirmou o senador.

— afirmou o senador.

## Medida provisória tranca a pauta de votação do Plenário

A pauta do Senado permanece trancada pela Medida Provisória (MP) 602/2012. Ontem Jorge Viana (PT-AC), que presidia a sessão deliberativa extraordinária, anunciou que a MP não seria votada devido a entendimento das lideranças partidárias.

A MP 602/2012 permite a prorrogação, até 30 de

junho deste ano, de contratos temporários de pessoal do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O texto, aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada, perde a validade no dia 3 de junho.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Pauta trancada

14h A Medida Provisória 602/2012, que prorroga contratos do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tranca a pauta de votação.

### PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia.

### CAE Isenção do IPI

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que eleva a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda Pessoa Física. Também proposta que concede isenção do IPI na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar.

### CMA Selo Verde Preservação da Amazônia

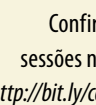
11h30 A Comissão de Meio Ambiente vota, em decisão terminativa, projeto que cria o Selo Verde Preservação da Amazônia para atestar a adequação ambiental de produtos da Zona Franca de Manaus, de zonas de processamento de exportação e de áreas de livre comércio.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 10h, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos** e, às 11h30, **reunião da Comissão de Meio Ambiente**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

Presidentes do Senado e da Câmara reuniram-se com ministro do Supremo Tribunal Federal para discutir liminar sobre troca de partidos e proposta que limita decisões

# Renan fala em “distensionar” relação com STF

A REUNIÃO DE ontem entre os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves, com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes serviu para “distensionar” a relação entre Legislativo e Judiciário. A avaliação foi feita pelos dois parlamentares, que trataram com Gilmar do projeto que dificulta a criação de novos partidos (PLC 14/2013) e da proposta de emenda constitucional (PEC 33) que submete decisões do STF ao crivo do Congresso.

— Foi uma conversa boa, vamos continuar dialogando. Segunda-feira teremos outra conversa. O ministro Gilmar foi gentil, defendeu seus pontos de vista, nós defendemos os nossos e a conversa continua. Saímos de lá com a convicção de que cada Poder tem a exata dimensão de sua responsabilidade e do seu papel — declarou Renan, que na semana passada reclamou de “invasão” nas competências do Congresso.



Renan afirmou que a “efervescência de democracia” leva a tensões naturais

O presidente do Senado negou crise entre os Poderes e acrescentou que o “debate democrático” precisa prosseguir, de maneira a resguardar o país e a Constituição. Para ele, o Brasil está vivendo período de “efervescência da democracia”, o que naturalmente leva a tensões. No próximo encontro, adiantou, serão levadas a Gilmar mais informações sobre o recurso apresentado pela Casa contra a liminar do STF que, no

dia 24, suspendeu a tramitação do PLC 14/2013, a pedido de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Já aprovado na Câmara, o projeto proíbe que deputados levem tempo de rádio e TV e cota do Fundo Partidário para novos partidos. A medida cautelar expedida pelo ministro para atender ao mandado de segurança coincidiu com a votação de um pedido para que o PLC 14/2013 fosse aprovado pelo Plenário do Senado



Gilmar defendeu pontos de vista dele, segundo os parlamentares

em regime de urgência, sem passar, portanto, por discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a exemplo do que ocorreu na Câmara.

O agravo regimental interposto pela Advocacia do Senado no dia seguinte sustenta que a liminar concedida pelo ministro representa ingerência nas competências do Poder Legislativo, pois impediu a tramitação do projeto dentro das normas regimentais.

## Alves: reexame de proposta vai impedir “ruídos”

O presidente da Câmara prometeu que, para impedir “ruídos” entre os Poderes, será feito um exame sobre a constitucionalidade da PEC 33/2011, que dá ao Congresso o poder de revisar declarações do STF sobre a validade de leis e a emissão de súmulas vinculantes. A proposta foi aprovada rapidamente pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e recebeu duras críticas dos ministros do STF.

Alves classificou a reunião de “amistosa e respeitosa” e, como Renan, acredita que o encontro serviu para “distensionar” o clima entre os dois Poderes. Ele garantiu que não há intenção de estremecer a relação com o Judiciário.

# Rollemberg: “STF está agindo como guardião da Constituição”

Autor do mandado de segurança que resultou na suspensão da tramitação do PLC 14/2013 no Senado, Rodrigo Rollemberg anunciou que terá um encontro hoje com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Pedro Taves (PDT-MT), Ana Amélia (PP-RS), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), João Capiberibe

(PSB-AP) e outros senadores devem comparecer à reunião.

— Vamos manifestar confiança no STF e preocupação com o viés autoritário de algumas agendas que pretendem impor ao país. Vamos manifestar a posição de grande parte do Senado, preocupada com o movimento que busca reduzir os poderes do STF — declarou Rollemberg.

O senador classificou o PLC 14/2013 como “clara retaliação” à criação de novos

partidos, especialmente a Rede Sustentabilidade, e não vê na decisão do STF que suspendeu a discussão da matéria qualquer indício de crise entre os Poderes.

Para Rollemberg, o Supremo está agindo como “guardião maior da Constituição brasileira”, livrando o Congresso da apreciação de um projeto que considera claramente inconstitucional.

— Não podemos, na mesma legislatura, entender que o

PSD possa se organizar e levar o tempo de televisão e outros partidos, na mesma condição, não tenham esse mesmo direito — afirmou.

Segundo Rollemberg, o projeto tem causado constrangimento a alguns parlamentares do PT. Ele disse que o caso não é isolado e citou a PEC 33/2011, do deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), que permite ao Congresso Nacional ter a palavra final sobre uma série de decisões

do STF, a PEC 37/2011, voltada para a redução dos poderes de investigação do Ministério Público (que são, segundo o senador, uma “conquista da população brasileira”), e “tentativas de regulação dos meios de comunicação e de restrição à liberdade dos partidos”.

— O que há, na verdade, é a manifestação preocupante de um viés autoritário por partidos e por parlamentares que ultrapassam sua prerrogativa — disse.

## Jarbas quer que parlamentar condenado perca mandato

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2013, por ele apresentada, que torna automática a perda de mandato do parlamentar condenado em última instância por improbidade administrativa ou crime contra a administração pública. A matéria aguarda relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Jarbas afirmou que “o equívoco cometido na semana passada” pela CCJ da Câmara, ao aprovar uma PEC que dá ao Congresso o poder de rever decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), tornou mais premente a necessidade de aprovação da PEC. Para ele, a aprovação foi “mais uma tentativa torpe, mesquinha e inconstitucional do PT e seus aliados de retaliar a Suprema Corte por causa da condenação imposta aos envolvidos no mensalão”.



Pedro Franco/Agência Senado

## Ana Amélia defende poder do Ministério Público

Ana Amélia (PP-RS) disse ser contrária à aprovação da PEC 37/2011, que limita o poder de atuação do Ministério Público e atribui exclusividade de investigação de crimes às polícias federal e civil.

— Boa parte da população já percebeu que a autonomia para investigar crimes aumenta as chances de solução de delitos. Por isso, sou favorável ao fortalecimento do Ministério Público nas diferentes áreas de atuação do órgão, sejam elas estaduais, federal, do Trabalho e outras, e também à autonomia das instituições competentes para realizar investigações criminais.

Ela ressaltou que, assim como o Ministério Público tem importância como fiscal da lei, as autoridades policiais são essenciais para permitir soluções rápidas contra a violência.



Pedro Franco/Agência Senado

## Couto acusa governo de tentar enfraquecer a Justiça

Mário Couto (PSDB-PA) criticou ontem as PECs 33/2011 e 37/2011. Na avaliação dele, as duas propostas contêm dispositivos cuja aprovação interessa muito mais ao governo, especialmente a presidente Dilma Rousseff, do que aos deputados que as sugeriram.

— É a presidenta que quer tirar o poder do STF. Não digo que é o deputado A, B ou C. Eles nem sabem o mal que estão fazendo à pátria — afirmou.

O senador acusou o governo de má gestão e de perder o controle da inflação pela falta de investimentos em infraestrutura. Para ele, a economia não permite mais medidas eficazes para evitar uma alta desenfreada de preços.

Couto lamentou a tentativa de aprovação pela Câmara do projeto de lei que restringe o acesso de novos partidos à propaganda na TV e aos recursos do Fundo Partidário.



Pedro Franco/Agência Senado

## Alvaro critica “candidatura extemporânea” de Dilma

O governo Dilma Rousseff é “incompetente administrativamente” e tem dado mais atenção à eleição presidencial de 2014 do que para a população, disse Alvaro Dias (PSDB-PR).

Para o senador, a presidente dedica grande parte da agenda “à consolidação de uma candidatura extemporânea” à reeleição.

— Há um prejuízo colossal em curso ou uma bomba-relógio de efeito retardado sendo armada pela incúria administrativa. A ausência de projeto de nação e a falta de um planejamento estratégico redundam nos embaraços com os quais nos defrontamos.

Prova da incompetência do governo são os vários entraves logísticos brasileiros, afirmou o senador:

— Os sistemas rodoviários e ferroviários estão esgotados. O sistema portuário brasileiro é um dos mais lentos do mundo.



Pedro Franco/Agência Senado

# Consolidação das Leis do Trabalho completa 70 anos

Legislação que garantiu direitos aos trabalhadores é tema de debate permanente no Congresso; propostas de avanço nos benefícios dividem espaço com outras de flexibilização

Tatiana Beltrão

O BRASIL COMEMORA amanhã, Dia Internacional do Trabalho, os 70 anos da legislação que rege as relações trabalhistas no país. Aprovada em 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) reuniu as normas existentes na época e ampliou garantias, inserindo na legislação brasileira direitos como salário mínimo e limitação da jornada de trabalho. Ainda hoje, atualizada ao longo do tempo, com direitos incluídos na Constituição de 1988, é ela que regula os contratos dos 39,5 milhões de brasileiros que trabalham com carteira assinada.

— A CLT é o grande lastro, é a base da casa do trabalhador. É o documento legal que veio protegê-lo da exploração indevida na venda do trabalho — diz Paulo Paim (PT-RS).

Criada por decreto presidencial (Decreto-Lei 5.452/1943) em pleno Estado Novo, a CLT não foi submetida à análise do Congresso, que havia sido fechado por Getúlio Vargas em 1937. Porém, desde a reabertura do Parlamento até hoje, a legislação trabalhista e previdenciária é uma das principais e mais constantes pautas do Senado e da Câmara, espaços de debate sobre atualizações da lei.

— Como norma geral, a CLT perdura, mas vem sofrendo alterações pontuais ao longo do tempo. A atualização é permanente — afirma o consultor legislativo do Senado Marcos Reimann.

O texto-base já sofreu quase 500 alterações, com a inclusão ou alteração de direitos. No Legislativo, estão em análise propostas de interesse dos trabalhadores, como a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas por semana, sem perda de salário (PEC 75/2003), e a extinção do fator previdenciário utilizado no cálculo da aposentadoria (PLS 296/2003), que reduz o valor do benefício.

## Flexibilização

As duas propostas — ambas de Paim, com parceria de Inácio Arruda (PCdoB-CE) na primeira — têm apoio das centrais sindicais, que incluíram os dois temas na pauta unificada de 11 reivindicações da comemoração do 1º de Maio deste ano, junto a outros itens como a ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que limita a demissão imotivada, e a regulamentação da Convenção 151 da mesma instituição, que orienta a negociação coletiva no serviço público.

A discussão sobre a



Redução da jornada de trabalho e fim do fator previdenciário estão na pauta das centrais sindicais, que protestaram em Brasília na semana passada

necessidade de modernizar a CLT, porém, marca o 70º aniversário. Textos que buscam a flexibilização das normas são defendidos pelas entidades patronais e motivam protestos das centrais sindicais, enquanto dividem opiniões entre os parlamentares. Exemplos disso são o PL 951/2011, do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que cria o Simples Trabalhista e reduz encargos sociais da contratação de funcionários por micros e pequenas empresas; e o PL 4.330/2004, do deputado Sandro Mabel (PL-GO), que regulamenta a terceirização. Também polêmico é o PL



Paim não admite propostas que representem perda de direitos

1.463/2011, que institui o Código de Trabalho, em substituição à CLT. Na justificativa do projeto, o autor, deputado Silvío Costa (PTB-PE), diz que o protecionismo exagerado da legislação brasileira é um



Armando quer que legislação dê mais força a acordos coletivos

entrave ao dinamismo do mercado de trabalho. Paim diz ter "enorme preocupação" com os projetos, todos em análise na Câmara. — Esses textos são um retrocesso. Não sou contra

a modificação pontual de artigos obsoletos, mas não devemos aceitar perda de direitos — afirma.

Para Armando Monteiro (PTB-PE), entretanto, a modernização da CLT é necessária e urgente. O senador, que presidiu a Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirma que a legislação cumpriu um papel importante na história, ao proteger a parte mais fraca na época, os empregados. Hoje, porém, ela está defasada, não atende mais as exigências do mercado de trabalho de um país que mudou. Os atores também amadureceram, acredita, e o

viés de tutela do Estado sobre o trabalhador, que na opinião dele caracteriza a CLT, não se justifica mais.

— Ninguém vai defender precarização de direitos, mas a CLT deve conceder mais espaço à negociação. Os acordos coletivos devem ter força de lei. Hoje, em todo o mundo, as relações de trabalho estão mais baseadas nos acordos coletivos, na negociação, do que propriamente na lei, que não tem a capacidade de se adequar à dinâmica dos ambientes.

A terceirização é um exemplo do jogo de forças que se reflete nas discussões do Congresso. Alvo de protestos de categorias de trabalhadores em marcha a Brasília na semana passada, a regulamentação da atividade terceirizada é defendida pela CNI, que elegeu a pauta entre as quatro prioritárias da Agenda Nacional da Indústria 2013, lançada neste mês.

— O papel do Congresso é servir de ponto de recebimento e de debate das demandas. Mas o Legislativo tem resistido e preservado os direitos fundamentais dos trabalhadores — avalia o consultor legislativo Marcos Reimann.

Reimann acredita que as tentativas de flexibilização não devem prosperar por enquanto. Há uma resistência muito forte em qualquer alteração da CLT que implique perda de benefícios, justifica. O que pode acontecer são atualizações para atender demandas pontuais.



Para Lidice da Mata, relatora, lei era "marco da desigualdade"

## Omissão foi corrigida na PEC das Domésticas

O Legislativo tem atuado também para corrigir omissões históricas da CLT. Uma das correções ocorreu em fevereiro, quando o Congresso promulgou a Emenda Constitucional 72/2013, estendendo aos trabalhadores domésticos os direitos garantidos às demais categorias.

Relatora da proposta que originou a emenda, Lidice da Mata (PSB-BA) afirma que a CLT ainda hoje é considerada uma das legislações mais avançadas do mundo. No entanto, ela lembra que a consolidação era tida como o grande marco da desigualdade do trabalhador doméstico, excluído do arcabouço de direitos criado em 1943. O erro começou a ser corrigido pelo Congresso com a Constituição de 1988, que incluiu a categoria, e com a emenda constitucional promulgada neste ano.

## Em Plenário, senadores lembram 1º de Maio e CLT

José Pimentel (PT-CE) saudou ontem, em Plenário, os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para o senador, além dos 70 anos da legislação, os trabalhadores podem comemorar o bom momento da economia para os assalariados.

Pimentel lembrou que o Brasil vive uma situação de pleno emprego e ressaltou a criação de 19 milhões de empregos formais desde 2003. O senador também lembrou a luta nas décadas anteriores para que o salário mínimo atingisse o equivalente a US\$ 100, ressaltando que hoje ele vale US\$ 350.

— Nossa luta era para receber parte da inflação. Hoje não se discute mais a inflação. O que se discute é o ganho real, é a participação nos lucros — afirmou.

Ele lembrou que os 7 milhões de trabalhadores domésticos poderão comemorar amanhã, Dia Internacional do Trabalho, a regulamentação de direitos pela Emenda Constitucional 72/2013.

Paulo Paim (PT-RS) também se pronunciou em Plenário sobre o Dia do Trabalho e a CLT. Para o senador, a data remete às lutas por melhores condições de vida e de trabalho e ao combate à injustiça.

— Não há conquista social relevante que não tenha em sua origem participação importante dos

trabalhadores — afirmou. Ele defendeu a jornada de 40 horas semanais e o fim do fator previdenciário e disse que o nível de emprego, o salário e a jornada de trabalho são variáveis decisivas para avaliar um país com grande potencial para transformar a sociedade.

Para o senador, a valorização do salário, o incentivo ao mercado interno e a sustentação do emprego ajudam o Brasil a enfrentar a crise econômica mundial. Paim reconheceu, porém, que é preciso avançar na valorização dos salários das mulheres e no combate à desigualdade, principalmente entre os negros. Ele se manifestou contrário à flexibilização da CLT.

— A CLT foi e continua sendo uma questão de justiça com o trabalhador brasileiro. Por requerimento de Paim e de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o Senado realizará em maio sessão especial para comemorar os 70 anos da CLT.



Pimentel ressalta pleno emprego e bom momento para assalariado

## Projetos de ajustes

► PLS 274/2012, de Pedro Taques (PDT-MT), regulamenta a proteção do trabalhador contra despedida arbitrária ou sem justa causa.

► PLS 136/2011, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho nos âmbitos rural e urbano.

► PLS 91/2010, de Paulo Paim (PT-RS), permite a desaposentadoria (renúncia da aposentadoria), em que o aposentado volta à ativa e soma tempo de contribuição para conseguir benefício maior.

► PL 4.193/2012, do deputado Irajá Abreu (PSD-TO), dispõe sobre a eficácia das convenções e dos acordos coletivos de trabalho, que, segundo o projeto, devem prevalecer sobre a legislação.

► Medida Provisória 597/12, do Executivo, isenta de Imposto de Renda parte do dinheiro recebido pelos trabalhadores a título de participação nos lucros das empresas.

## Saiba mais

Consolidação das Leis do Trabalho  
<http://bit.ly/decreto5452>

Site do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre os 70 anos da CLT  
<http://bit.ly/70anosCLT>

Especial Cidadania sobre regulamentação de profissões  
<http://bit.ly/Cidadania415>

Veja as edições anteriores de Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal)

## Linha do tempo dos direitos trabalhistas no Brasil

**1888** Com a Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888, o Direito do Trabalho dá os primeiros passos. O trabalho livre ganha importância e começa a ser regulamentado.

**1910** O Congresso Operário, realizado no Rio de Janeiro, apresenta propostas para a criação de leis trabalhistas. É fundada a Confederação Brasileira do Trabalho (CBT), para estruturar um programa de reivindicações operárias — como jornada de oito horas, semana de seis dias, fixação de salário mínimo e indenização para acidentes de trabalho.

**1918** Criado o Departamento Nacional do Trabalho, por meio do Decreto 3.550. A atribuição era regulamentar a organização do trabalho no Brasil.

**1919** A Lei 3.724 torna obrigatório o seguro contra acidentes do trabalho em algumas atividades.

**1923** O Decreto 16.037 cria o Conselho Nacional do Trabalho, para lidar com questões relativas à previdência social dos trabalhadores.

**1930** O governo federal regulamenta o trabalho infantil (Decreto 22.042). São instituídas as primeiras Juntas do Trabalho, com o objetivo de conciliar conflitos entre patrões e trabalhadores. Implantadas as convenções coletivas de trabalho, exercidas pelos sindicatos e federações, atrelados ao Ministério do Trabalho. A carteira profissional torna-se obrigatória.

**1932** Criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

**1934** No dia 1º de maio, é anunciada a Lei do Salário Mínimo, criada pelo Decreto 2.162.

**1939** A Constituição promulgada nesse ano institui a Justiça do Trabalho, instalada em 1939 pelo Decreto 1.237.

**1943** Em 1º de maio, Getúlio Vargas promulga a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) — Decreto Lei 5.452, que unifica as leis laborais e passa a regulamentar as relações individuais e coletivas de trabalho.

**1949** O repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias de feriados civis e religiosos são garantidos pela Lei 605.

**1962** Entra em vigor a Lei 4.090, que institui a gratificação de Natal (13º salário).

**1966** É instituído o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criado para proteger o trabalhador demitido sem justa causa.

**1972** Ulysses e a Constituição de 1988

**1972** Os direitos e os deveres do empregado doméstico são definidos pela Lei 5.859. Em 1976, é implantado o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

**1985** Lei 7.418 torna obrigatório o pagamento, pelos empregadores, das despesas de deslocamento residência-trabalho dos funcionários.

**1988** A Constituição da República Federativa do Brasil consolida a CLT, ao tornar constitucionais os direitos trabalhistas. São previstos o seguro-desemprego, a jornada máxima de trabalho de 44 horas por semana, a ampliação da licença-maternidade para quatro meses, a garantia do direito de greve, além de outros direitos coletivos e individuais.

**1989** A Lei 7.783 garante ao trabalhador o direito de greve e as normas para exercê-lo. No ano seguinte, o seguro-desemprego é regulamentado pela Lei 7.998.

**2013** O Congresso promulga a PEC das Domésticas (EC 72/2013), que estende aos trabalhadores domésticos os direitos garantidos às demais categorias.

Em seminário ontem, debatedores destacaram necessidade de regulamentar a colaboração entre sociedade e Estado. Tema é tratado em projeto de lei de Aloysio Nunes

# Marco legal das ONGs vai garantir relação juridicamente segura

A CRIAÇÃO DE um marco legal para as organizações não governamentais (ONGs) é imprescindível para dar segurança jurídica ao Estado e às entidades que fazem parceria com a administração pública. A opinião é de Laís de Figueiredo Lopes, assessora especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, que participou ontem de seminário promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para discutir a legislação do terceiro setor. Em foco, o PLS 649/2011, proposta de marco regulatório apresentada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e relatada por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Para a representante do governo, a criação do novo marco legal das ONGs valorizará as entidades da sociedade civil que fazem projetos de interesse público, permitindo também um melhor acompanhamento estatal dos projetos acordados e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

## Colaboração

Para haver segurança jurídica nas relações entre Estado e sociedade, opinou a representante da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong), Vera Masagão Ribeiro, o marco legal das ONGs deve consolidar a



Laís Lopes, José Eduardo Paes, Fábio Silva, senador Blairo Maggi, Marcelo Freitas e Vera Ribeiro durante o encontro

legislação relativa ao setor, com o cuidado de não haver sobreposição de normas. Para ela, as parcerias precisam observar os princípios de fomento e de colaboração, de maneira diferente à ideia recorrente na atualidade de que tais convênios são irregulares e visam beneficiar interesses privados.

— No Brasil, chegou-se a um contrassenso, pois o engajamento da sociedade civil virou sinônimo de corrupção e algo que deve ser extirpado — lamentou.

O procurador de Justiça José Eduardo Sabo Paes, do Ministério Público do Distrito Federal, sublinhou a necessidade de fiscalização e prestação de contas de todos os entes envolvidos. Para ele, a responsabilidade é bilateral. Ele sugeriu que o texto do projeto contemple obrigações

e prazos a serem observados.

O procurador também afirmou que a democracia se fortalece com a formação e a capacitação dos entes envolvidos, que passam a prestar serviço público com idoneidade e seriedade.

## Legalidade

O poder estatal, observou o procurador-geral da Advocacia-Geral da União, Marcelo de Siqueira Freitas, não consegue atender sozinho todas as demandas da sociedade, o que requer a cooperação com a sociedade civil. Na visão dele, os princípios da administração pública devem ser aplicados nos convênios com ONGs. A seleção e a execução de projetos com observância à impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, ressaltou, garantem a legalidade de todo o processo.

A discussão na parte da manhã foi moderada por Fábio de Sá e Silva, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor de Direito na Universidade de Brasília (UnB). A audiência seguiu à tarde, com o painel Monitoramento e Prestação de Contas, mediado pelo advogado Alexis Vargas, coordenador de projetos da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Participaram do debate representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Idervânio Costa; da Controladoria-Geral da União, Bruno Barbosa; da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Paula Raccanello Storto; e Sílvio Sant'Ana, membro do Comitê Facilitador da Plataforma Por Um Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

## Especialista defende liberdade de organização

O novo marco legal das organizações do terceiro setor não deve retroceder no respeito à liberdade e participação, na autonomia e no caráter privado das instituições e na multiplicidade dos objetos e finalidades das parcerias com o governo. A avaliação é da professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Paula Raccanello Storto.

Paula destacou o universo heterogêneo e plural do terceiro setor e observou que a liberdade de organização é típica das entidades da sociedade civil, que lutam pela construção de novos direitos e buscam inovar na redução das desigualdades.

— O Estado está diante de uma relação que não é de contratação de serviço, tampouco de descentralização administrativa pura e simples. As entidades são atores fundamentais numa sociedade democrática, sobre isso existe consenso — afirmou

## Importância da prestação de contas é ressaltada

O representante da Controladoria-Geral da União (CGU) no painel, Bruno Barbosa, defendeu a adoção de um instrumento único para regulamentar as parcerias com entidades sem fins lucrativos. Segundo ele, grande parte dos problemas dos convênios está relacionada à prestação de contas, que deveria ser feita concomitantemente com a execução do convênio.

Membro do Comitê Facilitador da Plataforma Por Um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Sílvio Sant'Ana disse que é essencial a exigência de monitoramento e de prestação de contas do terceiro setor. Nos últimos anos, afirmou, houve redução na receita e aumento de custo para as entidades, além de queda gradativa de doações, aumento da carga tributária, perda de credibilidade e criminalização ocorrida a partir de denúncias de irregularidades.

## Para Rollemberg, clareza deve balizar cooperação

Um projeto de lei federal que garanta transparência, clareza e segurança jurídica é o que a CMA pretende alcançar com o Seminário sobre o Marco Legal das Organizações da Sociedade Civil, afirmou Rodrigo Rollemberg.

O seminário foi aberto ontem, com a presença do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

— A nosso juízo se trata de um processo civilizatório

necessário no aprofundamento da democracia. Espero que a gente esteja de fato agora bem mais próximo desse final — disse Carvalho.

Na ocasião, Rollemberg disse que está elaborando um substitutivo ao PLS 649/2011 e que considerará o trabalho feito por um grupo do governo federal que estuda o tema há dois anos. O senador sugeriu que seja usado um termo peculiar, como “cooperação”, para a relação entre governo

e organizações da sociedade civil.

Vera Masagão Ribeiro, da Abong, disse que “qualquer país com democracia consolidada, forte, tem muitas organizações da sociedade civil e elas recebem recurso público”.

O representante do Tribunal de Contas da União (TCU), Edison Franklin Almeida, disse que o órgão se preocupa com as fraudes, mas também com a ausência de capacidade operacional dos convênios, por isso,

apoia a elaboração do marco. Carlos Higinio Ribeiro, da CGU, destacou que as organizações do terceiro setor não podem ser submetidas ao mesmo tipo de controle feito sobre órgãos e agentes públicos, para não dificultar a parceria com o governo.

O PLS 649 já foi aprovado pela Comissão de Infraestrutura (CI) e, da CMA, seguirá para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portella  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretora de Jornalismo:** Virgínia Galvez

### Agência Senado

**Diretor:** Marco Antônio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:**  
 Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Representantes das agências e das emissoras de rádio e TV negam abusos e alegam que nada deve ser mudado porque a infância hoje passa por uma “evolução intelectual”

# Debatedores sugerem proibição total de publicidade para crianças

UMA AUDIÊNCIA SOBRE publicidade infantil gerou divergências ontem na Comissão de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, criada no ano passado para examinar propostas de um grupo de juristas designado pelo Senado. Alguns participantes do debate chegaram a pedir proibição total de propagandas de produtos e serviços para menores de 12 anos. A ideia foi condenada pelos representantes das agências de publicidade, anunciantes e mídia. Para eles, o mercado é capaz de corrigir desvios e abusos por meio da autorregulamentação.

O relator da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), acredita que terá condições de concluir o relatório em três semanas. Ele espera que o texto possa ser votado pela comissão e depois pelo Plenário antes do recesso parlamentar, que começa em meados de julho.

A proibição da publicidade infantil foi pedida, por exemplo, por Isabella Henriques, diretora do Instituto Alana, entidade civil que atua na área de educação, cultura e assistência social. Segundo ela, estudos mostram que até os 6 anos, em média, a criança nem sequer sabe distinguir publicidade de programa.

— Se a criança não pode comprar nada, como admitir uma engrenagem publicitária tão persuasiva dirigida a ela?

Para reforçar os argumentos, Isabella exibiu uma versão condensada do documentário *Criança, a Alma do Negócio*, dirigido por Estela Renner. No vídeo, especialistas de



Os senadores Rollemberg e Ferraço (4º e 5º à esq.) conduzem a audiência pública com Jobim, Sodré, Veiga Rios e Isabella

diversas áreas apontam problemas causados a crianças e adolescentes pela intensa exposição à publicidade, como o consumo de alimentos nocivos e a intensificação do desejo pela posse de bens, podendo resultar em estímulo ao roubo.

## Novos dilemas

O presidente da comissão, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), lembrou que questões como obesidade infantil, *bullying* e consumismo exagerado não podiam ser previstos pelos legisladores em 1990, quando o Código de Defesa do Consumidor (CDC) entrou em vigor.

— Cabe a nós atualizar a legislação para enfrentar esses novos dilemas — afirmou.

O senador advertiu que a propaganda na sociedade de consumo não busca o bem-estar nem se preocupa com a educação de crianças e jovens.

Diante do número crescente de crianças com excesso de peso, a diretora da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso) Maria Edna de Melo também defendeu a proibição à publicidade de

alimentos para menores — pelo menos nos horários em que eles estão mais expostos à TV. Ela apresentou pesquisa internacional mostrando que um aumento de 25 minutos na exposição de publicidade infantil semanal gera aumento de 1,4% na ingestão de calorias.

— Criança é altamente influenciável. Banir uma publicidade direcionada significa protegê-la — advertiu.

Alexandre Jobim, vice-presidente jurídico e de Relações Governamentais do Grupo RBS, negou exploração e abuso. A seu ver, regras são necessárias, mas considerou que a legislação atual já oferece mecanismos. Segundo ele, tanto o Estado como os pais possuem meios para exercer a proteção ao “hipossuficiente”.

## Certo e errado

Jobim admitiu mudança pontual no CDC para definir melhor o conceito de publicidade abusiva para crianças, mas disse que a proibição total é inconcebível.

— A criança está cada vez mais exercendo sua evolução

intelectual, sabendo o que é certo e errado com base na informação que recebe.

O vice-presidente-executivo do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), Edney Narchi, salientou a importância do CDC. Segundo ele, a legislação é eficaz e atual, por isso chegou aos 20 anos com poucas modificações.

— Não se podem admitir guetos normativos divorciados do CDC e das iniciativas de autorregulamentação — disse.

Narchi informou que, no ano passado, a entidade abriu 29 processos para avaliar abusos. Em 2013, outros 19 já foram instaurados. Segundo ele, agências, veículos e anunciantes firmaram um acordo: para crianças não haverá merchandising, a publicidade disfarçada em uma cena.

Aurélio Veiga Rios, procurador federal dos Direitos do Cidadão, mostrou-se preocupado com o risco de se tornar inócua a classificação etária de programas, devido a uma ação direta de inconstitucionalidade de que o PTB apresentou ao Supremo Tribunal Federal.

## Empresas não “quebrariam”, garante professor

O professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Edgard Rebouças nega que uma proibição total da publicidade infantil provocaria a quebra de emissoras, agências de publicidade ou empresas especializadas. Ele lembrou que uma única inserção de 30 segundos no intervalo do *Jornal Nacional*, da TV Globo, custa R\$ 478 mil. Em 2012, disse, foram gastos no Brasil R\$ 94 bilhões em veiculação publicitária, 7,5% a mais que em 2011.

— Publicidades de alimentos infantis representam apenas 3,3% deste total; as publicidades de brinquedos respondem por 0,8%. Ou seja, o banimento da publicidade de tabaco teve impacto muito maior e ninguém quebrou, nem os fabricantes de cigarro — afirmou.

Rebouças defendeu a regulamentação da publicidade infantil e rebateu quem considera censura qualquer debate sobre regulação da mídia. Ele advertiu que o foco na regulamentação da publicidade infantil não pode ser só a TV, já que a internet tem cada vez mais audiência entre os pequenos.



Rebouças explica que é ínfima a parcela da publicidade infantil

# Consumo sustentável complementa a questão, afirma senador

Questões sobre consumo sustentável podem ser incluídas diretamente no CDC, sem a necessidade de criar uma legislação à parte, segundo o procurador do estado de São Paulo e professor da PUC-SP Marcelo Gomes Sodré.

Uma das sugestões que ele apresentou no debate foi incluir consumo sustentável entre os objetivos da Política Nacional de Consumo, previstos no CDC, e no rol de direitos básicos dos consumidores, também listados no CDC.

Ricardo Ferraço considerou um acerto os parlamentares tratarem da publicidade infantil e do consumo sustentável em uma audiência pública, por serem temas “complementares e relevantes”.

— Não temos o direito de

não incluir esses dois temas neste momento em que o Senado concentra sua energia para oferecer ao país uma legislação eficiente. Precisamos ter equilíbrio e tato, o que não implica falta de ousadia — afirmou Ferraço.

O senador lembrou que a audiência de ontem foi a quinta realizada pela Comissão Temporária de Modernização do CDC para debater o assunto com especialistas e reafirmou a intenção de apresentar o relatório ainda em maio.



Xuxa e Renan durante fórum de empresários em Comandatuba, na Bahia

# Xuxa defende projeto contra palmada

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou no fim de semana do 12º Fórum de Comandatuba, promovido pelo Lide — Grupo de Líderes Empresariais, que discutiu políticas de desenvolvimento econômico e social para o Brasil. O encontro contou também com a presença do presidente da Câmara dos Deputados,

Henrique Eduardo Alves.

Durante o evento, a apresentadora Xuxa Meneghel, que participa do encontro como convidada, pediu a Renan prioridade na votação do projeto da chamada Lei da Palmada (PL 7.672/2010).

A proposta, aprovada por unanimidade em dezembro de 2012 por uma comissão

especial da Câmara dos Deputados, pune os pais que castiguem fisicamente os filhos, crianças e adolescentes.

Ainda em Comandatuba, o presidente do Senado anunciou que será criada no Congresso uma comissão mista para revisar e atualizar a Lei 8.666/1993, a Lei das Licitações.



Antonio Carlos Valadares (4º à esq.), ao lado do vice-governador João Lyra (3º à esq.), visita estádio que receberá jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo

## Comissão de parlamentares visita obras da Arena Pernambuco

Foi a terceira vistoria a estádios feita pelas Comissões de Turismo do Senado e da Câmara. Investimento nas obras foi de R\$ 532 milhões

UMA COMISSÃO DE senadores e deputados vistoriou, ontem, a Arena Pernambuco, estádio que receberá partidas da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, no município de São Lourenço da Mata, Região Metropolitana do Recife.

Foi a terceira visita a estádios feita por integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado (CDR) e da Comissão

de Turismo e Desporto da Câmara (CTD). O objetivo é acompanhar os preparativos para receber as delegações e os turistas nas competições. O investimento nas obras da Arena Pernambuco é de R\$ 532 milhões.

Os parlamentares foram recebidos pelo vice-governador de Pernambuco, João Lyra; pelo secretário extraordinário da Copa, Ricardo Leitão; e por engenheiros do

Consórcio Arena Pernambuco (Odebrecht Participações e Investimentos e Odebrecht Infraestrutura).

—Trata-se de um lindo monumento do futebol, que fica a 17 quilômetros do Recife. Para chegar ao estádio, o torcedor poderá utilizar o metrô, que fará a ligação com o aeroporto internacional e outras áreas da região metropolitana — comentou o senador Antonio Carlos Valadares

(PSB-SE), presidente da CDR.

A Arena Pernambuco tem capacidade para 46 mil torcedores e mais de 400 lugares para pessoas com deficiência. O primeiro jogo oficial na Arena Pernambuco será Espanha x Uruguai, no dia 16 de junho, pela Copa das Confederações.

A comissão de parlamentares visitará também as cidades-sede de Fortaleza, Rio de Janeiro e Salvador. As datas ainda serão definidas.

### Criação de Selo Verde vai a votação final hoje em comissão

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) deve votar hoje, em decisão final, projeto (PLS 185/2011) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que cria o Selo Verde Preservação da Amazônia para produtos da Zona Franca de Manaus. O objetivo é atestar adequação ambiental a produtos que seguem os princípios do desenvolvimento sustentável.

O relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), apresentou voto favorável com substitutivo que contempla duas emendas apresentadas por Jorge Viana (PT-AC). O substitutivo inclui, além dos produtos oriundos da Zona Franca de Manaus, os elaborados nas zonas de processamento de exportação e áreas de livre comércio localizadas na Amazônia Legal.

Também está na pauta da CMA projeto (PLS 626/2011) de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que permite o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas já exploradas por outras atividades agrícolas e nos biomas Cerrado e Pampa situados na Amazônia Legal. A proposta, relatada pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), já foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).



Capiberibe: porto passou 10 anos abandonado devido a manobra política

### Capiberibe anuncia investimentos para o Porto de Santana

João Capiberibe (PSB-AP) apontou “manobra política ocorrida em 2002 para sucatear o Porto de Santana”, no Amapá, que teve a administração repassada das Docas do Pará para a Prefeitura de Santana.

— Em dez anos, nenhum investimento foi feito e a capacidade de atendimento do porto ficou estagnada, prejudicando o desenvolvimento comercial tanto do Amapá como de toda a Região Norte — afirmou.

Para reverter a situação, disse o senador, o atual governo do estado, em parceria com a Secretaria dos Portos da Presidência da República, vai investir R\$ 5 milhões na modernização do porto e incluí-lo no Plano Nacional de Logística Portuária.



Casildo pede ainda mais atenção ao biodiesel e ao bioquerosene

### Casildo critica falta de planejamento na desoneração do etanol

A ausência de planejamento e a falta de perenidade da política de desoneração do etanol foram criticadas por Casildo Maldaner (PMDB-SC). Na semana passada, foram anunciados descontos nos impostos. A renúncia fiscal, no caso do etanol, será da ordem de R\$ 970 milhões, em 2013, segundo o Ministério da Fazenda.

Para o senador, trata-se de desoneração pontual, que expõe certa falta de visão de longo prazo, seja para o setor de combustíveis, seja para a questão tributária no país. Casildo advertiu que o biodiesel e o bioquerosene também merecem atenção. Ele defendeu uma proporção maior de biodiesel na mistura de combustíveis.

### Armando defende a renovação do Programa Reintegra

A conjuntura econômica tem sido “especialmente severa” com o comércio exterior brasileiro, disse Armando Monteiro (PTB-PE), manifestando preocupação com os recentes resultados das contas externas do país. O senador defendeu a renovação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), do governo federal, “um dos principais instrumentos de apoio” ao setor de exportação. Armando lembrou que o ano de 2012 fechou com uma queda de quase 35% no superávit comercial em relação a 2011 e que os resultados do primeiro trimestre deste ano acentuam a tendência de deterioração.

— Na semana passada tivemos o pior resultado semanal da balança comercial desde 1998.



Senador aponta liderança conquistada pelo país na produção agropecuária

### Luiz Henrique destaca resultados positivos da Embrapa em 40 anos

Os 40 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foram lembrados por Luiz Henrique (PMDB-SC). Para o senador, a empresa é a prova indiscutível de que, se o país se dedicar à pesquisa científica e tecnológica, conseguirá resultados positivos na área industrial, de serviços e da informação. Luiz Henrique disse que os resultados do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, comandado pela empresa, colocaram o Brasil na liderança do processo da produção agropecuária. Acrescentou que o ministro de Ciência e Tecnologia, Marco Antônio Raupp, pretende criar para o setor industrial uma empresa nos mesmos moldes.



Além de pagarem pouco, operadoras exigem produtividade, diz o senador

### Mozarildo afirma que plano de saúde avilta medicina

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) se disse preocupado com os médicos, que protestam contra os planos de saúde.

— Temos um setor de saúde doente sob todos os aspectos. Doente no que tange à tristeza de ver aquelas filas intermináveis nos hospitais, de ver hospitais que atendem as pessoas deitadas nos corredores e, o pior, de ver o aviltamento da profissão pelo pagamento irrisório feito pelos planos.

Para o senador, os profissionais têm a carreira prejudicada diante da busca por lucro que marca a atuação das operadoras. Segundo ele, além do baixo valor pago, os planos exigem produtividade e impõem regras sobre o procedimento médico.